

## **Narrativas *Queer* no Jornalismo: o desafio da complexidade e das compreensões sobre gêneros e sexualidades<sup>1</sup>**

Gean Oliveira GONÇALVES<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

### **Resumo**

Neste artigo busca-se realizar no campo das Ciências da Comunicação um olhar epistemológico a respeito do jornalismo enquanto campo potencial de compreensão, complexificação e propagação de reflexões sobre os conceitos culturais de gênero e sexualidade. Para isto, evidencia-se a importância da formulação de estudos *queer* com um olhar comunicacional. Apresenta-se ainda o papel das narrativas da contemporaneidade, em especial das jornalísticas, como potentes pedagogias culturais sobre a complexidade das marcas de identidade dos corpos.

**Palavras-chave:** epistemologia do jornalismo; LGBT; gênero; sexualidade; teoria *queer*.

### **Introdução**

Os identificados como diferentes podem discursar? Numa sociedade valorativa da diversidade e pluralidade, a resposta a tal pergunta inicial é um claro e enfático sim. O Brasil, assim como outros países ocidentais, vem caracterizando nas últimas décadas um fortalecimento dos debates públicos e midiáticos sobre gênero e sexualidade com a população LGBT<sup>3</sup>.

O protagonismo e mobilização deste grupo social possibilitaram redefinições sobre os conceitos culturais de gênero e sexualidade, uma vez que a construção binária do ser masculino e do ser feminino foi dissociada da economia da reprodução e do fato natural

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), com orientação da Professora Dra. Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão, e-mail do discente: [geangoncalves@usp.br](mailto:geangoncalves@usp.br).

<sup>3</sup> LGBT é a sigla do movimento político, social e cultural da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual no Brasil. A I Conferência Nacional LGBT e o Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT, ambos em 2008, formalizam a adoção desta terminologia para identificar as ações conjuntas perpetradas por ou em prol deste segmento populacional.

puramente dado graças à distinção entre gênero (identidade), sexo (papéis sexuais e marcas biológicas) e desejo (orientação sexual).

A atuação política das LGBT marca também o nascimento de políticas de identidade como movimentação contemporânea para a promoção de direitos e da dignidade da pessoa humana com base na denúncia de sistemas de produção social da discriminação e opressão que operam a partir da classificação, hierarquização e diferenciação étnica, sexual, de gênero, econômica e linguística.

**Tabela 1: Instâncias de discriminação e opressão de Gênero e Sexualidade**

<b>Performatividade de Gênero e Sexualidade</b>	<b>Expressão de Opressão/Ódio</b>	<b>Estrutura de Dominação</b>
Mulheres cisgêneras e transgêneras	Machismo e misoginia	Patriarcado e falocentrismo
Lésbicas, gays e bissexuais	Lesbofobia, homofobia e bifobia	Heterossexualidade compulsória
Travestis, mulheres transexuais e homens transexuais	Transfobia	Cisnormatividade

Fonte: Autor

No quadro apresentado, é possível conferir um modelo para as instâncias de discriminação e opressão nos campos de gênero e sexualidade. As transformações dessas instâncias vêm ocorrendo por meio de diversas pautas em curso na contemporaneidade: como os limites da tolerância; a criminalização das expressões de ódio; o direito civil ao casamento igualitário e as novas formas de afetividade; novas configurações de família; direito à identidade e a expressão de gênero; políticas de saúde e reconhecimento jurídico da travestilidade e transexualidade; e, por fim, os apontamentos sobre o inter cruzamento de identidades e das opressões como fenômeno que marcam as posições de privilégios em nossas sociedades (isto é, a intersecção das marcas de sexualidade, gênero, raça/etnia, classe social e faixa etária).

De acordo com Guacira Lopes Louro (2008), há instâncias e espaços sociais com o poder de inscrever em nossos corpos marcas e normas. De forma sutil, a construção de aprendizagens e práticas dos gêneros e das sexualidades se dá por potentes pedagogias contemporâneas, entre elas, é possível destacar o papel de sedução e orientação informativa dos *media* e seus produtos culturais: telenovelas, anúncios publicitários, jornais, revistas, filmes, programas de TV, sites e blogs da internet.

Tratam-se de processos e mecanismos discursivos capazes de instruir e dar sentido as aspectos do corpo enquanto definidores de gênero e de sexualidade. Nestas esferas se dá a pedagogia da heterossexualidade enquanto sistema biopolítico (lógica de gênero binário e de desejo sexual pré-determinado pelo sexo oposto), que por consequência, atuam como definidores dos sujeitos e corpos enquadrados nos valores sócio-morais hegemônicos.

[...] os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e os das “minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, os currículos das escolas e universidades, eram fundamentais. A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construíra representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. (LOURO, 2008, p. 20)

Ao constatar a falência do positivismo dos modelos jornalísticos consagrados na contemporaneidade, Cremilda Medina estabelece as narrativas como respostas humanas diante do caos na intenção criadora de produzir sentido, de estabelecer outro cosmo. O narrar o mundo, para a pesquisadora, é um mecanismo de constituição de uma realidade simbólica:

A contemporaneidade, tal qual as percepções traduzem em narrativas, oferece inúmeros desafios não só ao cidadão nela situado com relativo conforto, como ao que carrega o fardo da marginalização de qualquer origem – social, étnica, cultural ou religiosa. Enunciar um texto que espelhe o dramático presente da história é, a princípio, um exercício doloroso de inserção no tempo da cidadania e da construção de oportunidades democráticas. Ao se dizer, o autor se assina como humano com personalidade; ao deseja contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos. Da perspectiva individual, sociocomunicacional ou artística, a produção simbólica oxigena os impasses do caos, da entropia, das desesperanças, e sonha com um cosmo dinâmico, emancipatório. (MEDINA, 2003, p. 48)

Neste sentido, o jornalismo, como instância mediadora e enunciativa da vida societária, pode desempenhar um papel fundante na compreensão, no conhecimento e no compartilhamento público de narrativas dialógicas dos sujeitos e seus enfrentamentos às

opressões, bem como reconhecer a construção histórico-cultural de instâncias hegemônicas de privilégios sociais em prol de homens, brancos, ricos, cisgêneros<sup>4</sup> e heterossexuais.

Por meio da Comunicação, os significados sociais destes processos transformativos e as reconstruções da leitura cultural dos gêneros e das sexualidades podem ser apresentados de forma complexa, crítica, aprofundada e efetiva em termos das lógicas de poder e dinâmicas de controle envolvidas.

Uma vez que os profissionais de comunicação – em especial, os jornalistas – podem moldar culturalmente o respeito à diversidade humana, já que exercem um papel fundamental de informar e educar a população quanto às orientações sexuais e identidades de gênero como componentes de uma multiplicidade e riqueza da diversidade humana.

Contudo, muitas vezes na mídia impressa, televisiva e eletrônica há atos relacionados à discriminação e ridicularização das LGBT quando se tenta dar representatividade para estes sujeitos. O mais comum são programas humorísticos e de ficção que baseiam suas personagens LGBT em papéis caricatos e alvos de chacota. Outra ação comum, principalmente na teledramaturgia, é a invisibilização do homoafeto, o que pressupõe no espaço público a naturalização dos comportamentos heteroafetivos ou a heteronormatividade como estrutura comportamental e afetiva para os casais homossexuais. Isto é, aos LGBT é permitido seguir suas identidades, comportamentos e culturas desde que se enquadrem numa lógica binária de gênero – macho/fêmea; homem/mulher; ativo/passivo.

Dessa forma, o desafio da construção de uma sociedade solidária implica mais do que uma prática jornalística de visibilidade, representação e informação dos dilemas enfrentados pelos grupos sociais historicamente postos como fragilizados e vulneráveis.

Apesar da desconstrução da lógica positivista do distanciamento, da neutralidade e imparcialidade no jornalismo, as narrativas da contemporaneidade, mesmo aquelas com boas intenções em reportagens, notícias e demais textos jornalísticos sobre as pessoas LGBT, costumam adotar nas entrelinhas um enunciado sobre os corpos detentores da

---

<sup>4</sup> Cisgênero é uma nomenclatura transfeminista para as pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e que estão de acordo com tal classificação. Tal processo de designação é proveniente das Ciências Médicas e Biológicas em virtude da constatação da presença de um pênis (signo do masculino/homem) ou uma vagina (signo do feminino/mulher) no corpo de um feto/bebê. A definição no nascimento denota ainda o momento de formulação da binariedade sociocultural e uma contraposição naturalizante dos gêneros.

“normalidade”, sendo estes os corpos heterossexuais e cisgêneros. Isto é, o posicionamento social das pessoas LGBT só é realizado por meio de um contraste com a “naturalidade”, com a “ordem” e com “maioria” heterossexual e cisgênera.

Posto todo este cenário de complexidades, fluxos positivos e negativos, entende-se que para estes “diferentes” ocuparem um lugar de protagonista de narrativas da contemporaneidade é uma questão obrigatória o signo da relação<sup>5</sup>. Narrativas abertas a apreensão do “Outro”, oferecer um quadro amplo e não distorcido sobre o que acontece. Que não realiza apenas o movimento de coleta dos relatos de um grupo social vitimado por expressões de ódio, mas que contempla a existência singular de indivíduos que diariamente lidam com estruturas de definição da anormalidade, da perversão e do desvio.

O movimento proposto para tais narrativas da contemporaneidade é o de rompimento com uma base ontológica e iluminista para se pensar os gêneros e as sexualidades. Dessa forma, este texto tentará sintetizar caminhos de reflexão para um repertório entre comunicação, sexualidades e gêneros com tal trajeto de protagonismo, empoderamento do outro e leitura cultural das contradições dadas no pluralismo efervescente da vida.

Portanto, deseja-se a ampliação de narrativas, principalmente no Jornalismo, que operem como a Antropologia, saber que “identifica como fator determinante de seu trabalho a subjetividade oriunda das relações do confronto/encontro” com autores que se colocam a “aprender, compreender e acolher o Outro”. (LAGO, 2014)

Primeiramente, este ensaio apresenta um esboço sobre como se adentram e se formulam contribuições epistêmicas dos estudos gays e lésbicos na área de Comunicação no Brasil. Em seguida, aponta-se como tais investigações da cultura midiática das minorias sexuais proporcionou questionamentos sobre representação, estereótipos e (in)visibilidade.

Em seguida, analisa-se um novo rumo epistemológico das Ciências da Comunicação por meio de possíveis contribuições dos estudos *queer*. Para isto, verificam-se aqui apontamentos de teóricos interdisciplinares como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Leandro Colling e Richard Miskolci.

---

<sup>5</sup> Cremilda Medina define o signo da relação como a metodologia da mediação dialógica que reúne visão complexa, sensibilidade intuitiva e comportamento solidário perante as circunstâncias humanas.

Por fim, busca-se, assim, questionar o papel das narrativas jornalísticas na estruturação da ordem social contemporânea a partir das marcas dos gêneros e das sexualidades, assim como evidenciar caminhos fornecidos pelos *queers* para o processo de formulação de narrativas plurais quanto à normalidade e à diferença, e os significados que lhes são atribuídos e postos em prática na vida social.

### **Estudos de mídia e cultura das minorias sexuais no Brasil**

A partir da década de 1990, no campo dos Estudos de Mídia e Comunicação Social inicia-se o florescimento com maior impacto das análises e pesquisas sobre ideologia, poder, imaginários, identidades, subjetividades, discursos e representações das pessoas LGBT.

A aventura da pesquisa com olhar para as questões LGBT ocorre em acompanhamento à plataforma de visibilidade e agendamento midiático formulado pelo movimento LGBT. A organização política nacional e internacional consegue pautar a temática, com cada vez mais frequência, nas reportagens, notícias, entrevistas, telenovelas, propagandas e nas artes de forma que gênero e sexualidade passam a fazer parte das narrativas da contemporaneidade, dos diálogos dos afetos e dos enfrentamentos da arena pública.

Dessa forma, estudos de agendamento e enquadramento são os primeiros a questionar se a voz midiática concedida à diversidade sexual é pluralista e igualitária aos personagens que fogem à heteronormatividade ou se há o reforço do preconceito, por meio do estigma e da exotificação, num processo de negatificação daqueles que desviam da heterossexualidade.

Conforme mapeamento efetuado na pesquisa “O Estado da Arte dos Estudos das Homossexualidades na Comunicação” (2013), apenas 34 teses e dissertações em Comunicação, produzidas entre 1997 e 2008, foram apresentadas em Programas de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação com enfoque direto sobre a temática LGBT dentro de um universo de 7.350 pesquisas.

Apesar de ainda tímida, a presença da temática vem ganhando força no campo. Esse é um dos pontos revelados pelo estudo que mapeou e analisou os resumos das produções acadêmicas dentro das bibliotecas digitais de teses e dissertações.

O que se nota na produção acadêmica inventariada por Lukas Roecker Lazzarin e pelo professor André Iribure Rodrigues é uma dominação de estudos que traçam uma historicidade das homossexualidades e seu vínculo de mensagem na comunicação, seguido

por trabalhos preocupados em tratar da visibilidade, da imagem, dos discursos e das representações feitas das LGBT em diversos meios ou produtos: novelas, jornais, revistas e publicidades. Poucas são as pesquisas com um olhar para as implicações epistemológicas dos estudos gays e lésbicos ou ainda das análises *queer* na Comunicação, o que implica na não consolidação de linhas de pesquisa ou mesmo em contribuições das Ciências da Comunicação para os estudos de gênero e sexualidade, como já é feito pelas áreas de Educação, Psicologia, Filosofia e Ciências Sociais. Fora do Brasil, por exemplo, o ano de 2015 marca para a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) a instituição do grupo de trabalho Gênero e Sexualidade.

Entre os anos de 2001 e 2005, experimentou-se algo similar no Congresso de Ciências da Comunicação, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, que abrigou o Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias. Ao nomear o conceito de minorias flutuantes (PAIVA, 2005), isto é, grupos societários que assumem posições e identificações contra hegemônicas no âmbito de um novo ativismo social, que inclui o ciberespaço,

Registraram-se, ao longo de cinco anos – incluindo 2005 – cerca de 200 trabalhos apresentados e considerados como referência para o estudo da interface entre minorias e estratégias comunicacionais. Em 2001, os trabalhos já se dividiam nas seções temáticas que compõem o Núcleo, com uma concentração significativa nos trabalhos que tratavam a questão identitária e étnica. Os trabalhos de gênero também estavam representados e já se constituíam como uma das temáticas de maior ocorrência. (PAIVA, 2005, p. 2)

Os trabalhos se propunham a realizar uma interpretação das narrativas da mídia sobre os grupos minoritários ou de trazer exemplos, por meio de estudos de casos, dos discursos contra hegemônicos montados pelos grupos minoritários.

Como contribuição, os estudos definem o papel do discurso midiático como aliado na construção da empatia e da alteridade com as minorias sexuais. O modo como o reconhecimento social e a construção da participação política e da cidadania LGBT são fortalecidos pela presença de modelos positivos na Comunicação Social graças às estratégias discursivas e a luta contra hegemônica que compreendia movimentações no

território midiático. Dessa forma, as pesquisas acompanham a legitimação da política identitária LGBT em um fluxo de integração com a sociedade heterocapitalista<sup>6</sup>.

Passos vigorosos dados em pesquisa que, porém, deixam a lacuna do presente questionamento: como se envolve visibilidade social em instâncias políticas, culturais e econômicas de forma a legitimar a riqueza da diversidade, amparando-se em discursos de reconhecimento, equidade e conquista da cidadania, sem se reforçar a conjuntura da “normalidade” e do ordenamento sócio-político da heterossexualidade e da cisgeneridade?

A pessoa que usar apenas os estudos do agendamento para analisar a cobertura da imprensa brasileira sobre as questões LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) possivelmente concluirá que o tema, ao longo dos últimos anos, passou a fazer parte, como mais frequência, de reportagens, notícias e entrevistas, que o movimento LGBT conseguiu pautar a temática na mídia (ou seja, ingressou na agenda midiática) e que esse tema, por tabela, também passou a fazer parte das conversas das pessoas e debates públicos e de algumas, ainda incipientes, políticas públicas. Se a análise contar também com influências dos estudos do enquadramento, o objetivo será o de estudar o conteúdo dessas mensagens e, muito possivelmente, a conclusão dirá que o enquadramento é restrito (com apenas uma interpretação) e/ou plural fechado (com duas interpretações, sendo uma delas priorizada). Se a voz for concedida apenas aos LGBTs, é provável que o enquadramento será considerado restrito e, portanto, criticado? Se for plural fechado, é sinal de que o jornalista deveria contemplar mais as vozes contrárias aos LGBTs? É só isso o que podemos dizer sobre essas coberturas? O que elas nos dizem sobre as sexualidades e os gêneros? Como as próprias pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou trans conceituam e explicam as causas da homofobia, lesbofobia ou transfobia? As explicações dessas pessoas se diferenciam das produzidas por seus opositores? Em que medida? (COLLING, 2012, p. 66)

### **Possibilidades epistemológicas da Teoria Queer**

De origem inglesa, *queer* é uma palavra com uma carga de deboche que pode ser traduzida como estranho, esquisito, ridículo, raro ou extraordinário (LOURO, 2004). Por muito tempo, foi utilizada unicamente como forma de ofensa aos homossexuais nos Estados Unidos. No entanto, o movimento LGBT realizou um movimento de reapropriação linguística e passou a utilizá-lo com orgulho para expressar as práticas de vida em

---

<sup>6</sup> Heterocapitalismo é um conceito trazido pelos ativistas e teóricos *queer* para problematizar o sistema econômico que opera por meio da colonização das subjetividades produzindo desejos e modos de relações enaltecidos de uma lógica heterossexual, que é estratégia vital de manutenção do capitalismo e da supremacia e dominação masculina.



desacordo com as normas socialmente aceitas. Passou a designar o conjunto populacional com desejo de romper as amarras da ordem heterossexual padronizante.

Em pouco tempo, *queer* também passou a sintonizar uma crítica às lésbicas, gays e bissexuais que atuam politicamente com desejo de adaptação e que colaboram para higienismos das condutas sexuais.

As confluências de um ativismo político e de um ativismo acadêmico pró-desfrute da condição marginal das LGBT produziram um campo de reflexões denominado Teoria *Queer*.

A perspectiva teórica queer é desenvolvida nos anos 1980 por uma série de pesquisadores e militantes fortemente apoiados nos Estudos Culturais e no pós-estruturalismo francês e passa a interrogar os pressupostos heteronormativos que estão nas mentalidades sobre gênero, sexualidade e desejo, bem como os limites da política de identidades.

Os primeiros teóricos queer rejeitaram a lógica minorizante dos estudos socioantropológicos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica. A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Baseada em uma interpretação do sujeito da filosofia pós-estruturalista, desconstruído e constituído, como mutável, circunstancial e fragmentado, os *queers* começam a apontar que nada é natural, nenhuma experiência é dada, as divisões binárias do gênero, e por consequência dos corpos alvos da sexualidade, são atribuídos a partir de parâmetros biológicos formulados na pré-história humana, no momento da divisão sexual do trabalho. Desde tal momento histórico, o animal humano vem sendo catalogado em dois gêneros por meio de crenças biológicas, que ganharam status científicos:

[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente. Quem tem a primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas? (LOURO, 2008, p. 18)

Além das teorizações que problematizam o pressuposto de curso natural da heterossexualidade e o lugar de desvio e de patologia da homossexualidade, a Teoria Queer

é marcada pelas obras de Michel Foucault e Jacques Derrida. Foucault expõe o caráter discursivo e repressivo da sexualidade em nossas sociedades. Ele mostra como a sexualidade tornou-se objeto do poder disciplinar por meio de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por instâncias sociais como as Religiões, a Ciência e a Justiça na tentativa de delimitar as formas aceitáveis e as formas perversas da sexualidade. Foucault aponta ainda o movimento contemporâneo de proliferação de identidades, prazeres específicos em conjunto com os discursos sobre a sexualidade.

Em suma, na contemporaneidade, algumas orientações pedagógicas sobre marcas e normas de gênero e sexualidade provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como os saberes do senso-comum, compartilhados por familiares e círculos da vida privada; outros pelos saberes dogmáticos, como a religião e a justiça; e outros dos saberes singulares, como a medicina, as demais ciências biológicas, a psicologia e etc.

Derrida complementa o pensamento foucaultiano ao apontar a perspectiva metodológica de uma analítica da desconstrução. Para o filósofo, a razão ocidental opera, tradicionalmente, com modelos de binarismos: a partir de uma posição ou uma identidade se formula o lugar do “outro”, oposto que será hierarquizado como inferior. De acordo com Derrida, essa lógica pode ser abalada através de um processo estratégico de desestabilização desses pares por meio da denúncia da complementariedade e interdependência das oposições de forma a minar e perturbar o próprio discurso que se afirma. Desconstruir é um ato analítico de desfazer e reinscrever polaridades como integrantes de um rico e maior quadro de referência.

Os teóricos queer, exemplificados por Eve K. Sedgwick, Judith Butler e Paul B. Preciado, por exemplo, passam a empreender análises que compreendem a sexualidade como um dispositivo de poder e os marcadores interseccionais que produzem simultaneamente posições de hegemonia e de subalterno.

Os estudos “queer” sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença. (MISKOLCI, 2009, p. 154)

Como campo epistemológico, a Teoria Queer proporciona ferramentas para perceber e explorar melhor as relações entre linguagem e consciência, sociedade e subjetividade, entre transformações inerentes à História e à Cultura e a multiplicação dos modos de compreender, de dar sentido e de viver.

### **Possibilidades de narrativas *queer***

O movimento de contracultura a partir dos anos 1960, promovido por jovens, estudantes, negros, mulheres - as minorias - espalhou-se pelo mundo ocidental e em poucos anos desestabilizou as antigas e sólidas certezas, subvertendo as formas de se nascer, reproduzir, crescer, amar, viver.

Contingentes populacionais passaram a falar mais alto, denunciando sua inconformidade e seu desencanto, desconstruindo estruturas de poder, mas construindo novas linguagens e novas práticas sociais. Como parte de tudo isso, vem se afirmando uma Cultura das Minorias que torna visíveis os segregados aos guetos, que aponta outros modos de ser, viver, experienciar o mundo, de novos sujeitos empenhados, fundamentalmente, em se autorrepresentar e autonarrar.

Dentro deste rico universo narrativo e de protagonismos de lutas, deseja-se narrativas que capturem os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, bem como as regulações de pureza, sanidade e normalidade, porque, afinal, é disso que se trata o tratamento de diferenciação, bem como a permanente vigília sobre os corpos.

A sexualidade permanece como alvo do controle educativo, comportamental e punitivo das sociedades. A concomitância da ascensão de direitos LGBT e a onda de retomada de valores tradicionais da concepção de família reprodutiva e judaico-cristã (pai, mãe e filhos) até manifestações de extrema agressão e violência física traduz a proliferação e centralidade das questões de gênero e sexualidade na contemporaneidade.

No campo do fazer narrativo, assim como nos demais saberes consagrados, as marcas da diferença e as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não mais dão conta das possibilidades de práticas e de identidades. Dessa forma, é fundamental aprendemos a interpretar e viver o gênero e a sexualidade na Cultura da contemporaneidade.

Até porque Judith Butler (2003) elabora a partir da Linguística o conceito de performatividade. Para a teórica, a linguagem que se refere aos corpos ou ao sexo não faz apenas uma constatação ou uma descrição dos modelos corporais, das práticas e das identidades, mas, sim uma nomeação, que constrói e que produz uma narrativa sobre os corpos e os sujeitos.

Portanto, a diferença não é natural, mas sim naturalizada. A diferença não pré-existe nos corpos para ser simplesmente reconhecida. Em conformidade com os discursos dos movimentos sociais é possível dizer que o grande desafio, hoje, não é o mero reconhecimento da multiplicação das identidades ou que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários. O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero venham sendo constantemente atravessadas e que há alguns sujeitos que vivem exatamente nas fronteiras.

Dessa forma, narrativas queer podem permitir pensar as ambiguidades e a fluidez das identidades de gênero e orientações sexuais. Elas podem sugerir novas formas de pensar a cultura, o conhecimento e o poder de forma que as diferenças não sejam apreciadas com curiosidade exotificante. Narrativas queer estariam voltadas para a instabilidade das identidades e a diferença alheia passa a ser vista ao lado, dentro e integrada nas redes do cotidiano.

Narrativas queer no Jornalismo tem a potencialidade de em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, dar conta das disputas, das complexidades e dos processos que tornam corpos normalizados e outros marginalizados.

Com esse olhar epistemológico e antropológico, um caminho narrativo em gêneros e sexualidades, principalmente para as notícias e as reportagens, parece ser fornecido pelo professor Leandro Colling (2012):

1. Quebrar a hierarquia entre as identidades de gênero e as práticas sexuais;
2. Problematizar sempre a construção das identidades;
3. Fim dos binarismos;
4. Respeito a quem deseja ficar na margem;

5. Politização dos corpos abjetos, dos corpos renegados;
6. Constante problematização da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade.

Trata-se de uma revolução epistemológica para a Comunicação Social que irá por em questão os enquadramentos hegemônicos e que possibilitará a transgressão, a perturbação, a intuição criativa e a transformação. Não se trata da narrativa ideal, mas a busca pela Comunicação que incita novas questões, novos diálogos.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, L. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero? In: PELÚCIO, L. et al. (organizadores). **Olhares Plurais para o Cotidiano: gênero, sexualidade e mídia**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 110-128.

COLLING, **Mais Definições em Trânsito (Teoria Queer)**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em 11 mai. 2015.

LAZARIN, L; RODRIGUES, A. **O Estado da Arte dos Estudos das Homossexualidades nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, de 1992 a 2008**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

LAGO, C. **Ensinos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do “Outro” no Jornalismo**. Brazilian Journalism Research, v. II, n. 2, 2014.

LOURO, G. **Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2015.

LOURO, G. **Teoria Queer – uma política pós-identitária para a Educação**. Revista Estudos Feministas, 2001, vol. 9, n. 2, pp. 541-553.

MEDINA, C. **A Arte de Tecer o Presente, Narrativa e Cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, C. **Narrativas da Contemporaneidade: epistemologia do diálogo social**. Tríade: comunicação, cultura e mídia. Sorocaba, SP, v. 2, n. 4, p. 8-22, dez. 2014

MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normatização**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863/5105>>. Acesso em 27 abr. 2015.

PAIVA, R. **Minorias Flutuantes – novos aspectos da contra-hegemonia**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2005. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0665-1.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2015.